



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**EXERCÍCIO 2025**

**(3ª REVISÃO)**

Lei Complementar nº 178, de 13/01/2021

Resolução do Senado Federal nº 66/98

Contrato nº 007/97-STN/COAFI, de 23 de  
dezembro de 1997 entre a União e o  
Estado de Pernambuco

Recife - PE, data da assinatura no SEI do Ministério da Fazenda.

## SEÇÃO I - APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a 3ª Revisão do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (Programa) do Estado de Pernambuco (Estado). A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2025.

Considerando que o Estado é signatário do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal e que possui metas no exercício de 2025 para o referido Plano, conforme Parecer SEI nº 20832/2021/ME da Secretaria do Tesouro Nacional, fica dispensado o estabelecimento de metas para o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, nos termos do inciso I do § 4º do art. 4º da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

Na Seção II são definidos os objetivos e as estratégias do ajuste fiscal proposto pelo Estado; e na Seção III são apresentadas metas ou compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com as leis e regulamentos vigentes.

É parte integrante deste documento o Termo de Entendimento Técnico, composto pelas seções IV, V e VI. Na Seção IV são definidos critérios gerais do programa; na Seção V é definida a apuração do Espaço Fiscal a contratar; e na Seção VI é apresentado o programa de trabalho.

## SEÇÃO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

O Programa tem por objetivo viabilizar a sustentabilidade fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado assume a responsabilidade de atender as metas e os compromissos pactuados no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal - PEF.

A recuperação da sustentabilidade fiscal e financeira do Estado, comprometida nos últimos exercícios, será consequência da adesão ao PEF nos termos da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, ficando o Estado dispensado da fixação das metas para o PAF de acordo com o mencionado na Seção I – Apresentação.

## SEÇÃO III - METAS E COMPROMISSOS

### METAS

As Metas do Estado serão pactuadas e descritas nos respectivos indicadores do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal. Assim, fica o Estado dispensado da fixação de metas para o PAF.

Conforme será detalhado na versão de 2026 do Manual de Análise Fiscal a ser publicada pela STN, a partir do exercício de 2024 os valores das transferências constitucionais a municípios a serem considerados no Programa serão computados nas deduções da receita em vez de serem registrados nas despesas, conforme histórico até o exercício de 2023.

### COMPROMISSOS

Estabelece-se, adicionalmente, o seguinte compromisso no âmbito deste Programa:

Encaminhar informações e documentos conforme disposto na Seção VI.

# TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO

## SEÇÃO IV – CRITÉRIOS GERAIS

### **Análise Fiscal e Avaliação das Metas ou Compromissos**

O Programa de que trata este documento será objeto da análise fiscal de que trata o Capítulo V da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024, para fins de apuração das metas e compromissos.

Nos termos do Decreto nº 10.819, de 2021, a conclusão da análise fiscal será comunicada, por meio eletrônico, ao ente federativo interessado. Contado do recebimento dessa comunicação, o ente federativo pode interpor recurso no prazo de dez dias.

O recurso será decidido:

- I. pela autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, contado da data do protocolo, o encaminhará à autoridade superior para decisão no prazo de até cinco dias, contado da data do recebimento, observado o limite máximo de três instâncias administrativas; e
- II. definitivamente pelo Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Após a fase recursal, os processos de análise fiscal serão definitivamente concluídos e os resultados obtidos divulgados em meio eletrônico de acesso público.

As conclusões definitivas dos processos de análise fiscal subsidiarão os processos administrativos de avaliação quanto ao cumprimento das metas e dos compromissos do Programa. Dessa avaliação, caberá apenas pedido de revisão, mediante a apresentação de justificativa fundamentada no prazo de dez dias ao Ministro de Estado da Fazenda, no caso de descumprimento das metas e dos compromissos do Programa. O prazo para apresentação do pleito de revisão é contado a partir da publicação dos resultados da avaliação do Programa no Diário Oficial da União.

O pedido de revisão será considerado indeferido após 60 dias caso não haja manifestação por parte do Ministro de Estado da Fazenda.

No que se refere ao estabelecimento de metas e compromissos para o exercício em referência, o Estado de Pernambuco tem tratamento diverso por ser signatário do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal e possuir metas no exercício de 2025 para o referido Plano, o que implica a dispensa do estabelecimento de metas para o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, nos termos do inciso I do § 4º do art. 4º da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

### **Revisão das Metas ou Compromissos**

Enquanto o ente possuir obrigações financeiras decorrentes de contrato de financiamento ou refinanciamento firmado com a União, ou operações de crédito com garantia da União, o Programa será revisto a cada exercício, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados na Seção VI.

O Programa será composto por metas e compromissos para o exercício de referência. A apresentação da proposta de metas ou de compromissos pelo ente federativo se dará na forma e no prazo definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Estado deve enviar, até o dia 31 de agosto do próximo ano, a versão preliminar do Programa e, até o dia 31 de outubro, a versão definitiva. A versão definitiva do Programa apresentada pelo Ente será considerada revista e atualizada após manifestação favorável da STN.

O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de transparência e de melhoria fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão e atualização do Programa implica situação de inadimplência, conforme art. 2º da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

Ademais, conforme inciso II do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 178, de 2021, a não revisão e atualização do Programa implica em cobrança, durante 6 (seis) meses, de amortização extraordinária exigida com a prestação devida, de valor correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da receita corrente líquida definida no inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, correspondente ao exercício imediatamente anterior ao de aplicação das penalidades.

## **Comunicação**

Para os fins previstos no Decreto nº 10.819, de 2021, o Estado considerar-se-á ciente dos atos praticados no âmbito do processo administrativo nas comunicações da Secretaria do Tesouro Nacional efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico [paf@tesouro.gov.br](mailto:paf@tesouro.gov.br).

## **Dados, Informações e Documentos a Serem Encaminhados pelo Estado**

O Estado se compromete a encaminhar as informações e documentos de acordo com o modelo e formato estabelecidos pela STN, divulgado no Tesouro Transparente, conforme periodicidade estabelecida na Seção VI – Programa de Trabalho.

Identificada a incorreção no preenchimento dos demonstrativos, decorrente de descumprimento do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP ou do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, poderá ser recomendada a republicação dos referidos demonstrativos, sob pena destes não refletirem com fidedignidade a real situação do ente, exceto nos casos em que houver apresentação de justificativa fundamentada.

Além do estabelecido no Programa de Trabalho, a COREM/STN poderá solicitar outras informações ou documentos que se fizerem necessários para avaliação do cumprimento de metas.

O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## **Verificação Quanto ao Adimplemento das Obrigações Contratuais de Natureza Acessória de que Trata o Inciso VI do Art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/01**

Os prazos de entrega dos documentos, para fins de comprovação quanto ao adimplemento em relação ao PAF são os estabelecidos neste Programa, conforme Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024. Quando não especificado, o prazo será o 25º dia do segundo mês subsequente. No caso de os prazos estabelecidos não coincidirem com dia útil, o envio da documentação deve ser antecipado.

Para todos os efeitos, o não cumprimento da entrega dos documentos previstos no Programa de Trabalho, o não cumprimento das metas ou dos compromissos, bem como a não revisão do Programa, nos termos definidos nas subseções “Análise Fiscal e Avaliação das Metas ou Compromissos” e “Revisão das Metas ou Compromissos”, implicará inadimplência na consulta disponibilizada no endereço eletrônico [https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao\\_adimplencia.jsf](https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao_adimplencia.jsf).

Mediante justificativa fundamentada, caso não haja prejuízo à análise e ao cumprimento de outros prazos regulamentares, a STN poderá aceitar o envio de documentos fora dos prazos estabelecidos, sem, no entanto, alterar a situação de inadimplência do ente até que haja o efetivo envio dos documentos faltantes.

## **SEÇÃO V – DEFINIÇÃO DO ESPAÇO FISCAL**

As definições e regras de cálculo do Espaço Fiscal são regidas pela Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

Considerando que a análise fiscal de 2024 relativa ao Estado de Pernambuco concluiu que o indicador **Nível de Endividamento**, isto é, Dívida Consolidada (R\$ 18.751.906.512,56)/Receita Corrente Líquida (R\$

43.811.252.907,17), ficou em **42,80%** (menor ou igual a 60%) e que a **capacidade de pagamento, para fins do Espaço Fiscal, é igual a “B+”**, este Programa estabelece como Espaço Fiscal a contratar o montante de **R\$ 1.752.450.116,29**, que representa **4% da RCL** (pela **CAPAG “B+”** e pelo **nível de endividamento menor ou igual a 60%**) válido de janeiro a dezembro de 2026, conforme caput e §§ 4º e 7º do art. 29 da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

Por ser signatário do PEF, **o Estado não faz jus à bonificação do Espaço Fiscal**, conforme previsto no § 7º do art. 29 da Portaria STN/MF, de 15 de fevereiro de 2024.

A existência de Espaço Fiscal não significa anuência prévia da STN ao pleito de contratação de operação de crédito ou de concessão de garantias da União.

## SEÇÃO VI – PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho de 2025 pretende subsidiar a avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2025 e a revisão dos Programas de Acompanhamento e Transparência Fiscal dos Estados e dos Municípios de 2026.

O Estado é responsável pela celeridade e tempestividade no atendimento das solicitações e de eventuais esclarecimentos adicionais.

Os documentos abaixo discriminados, cujo exercício de referência é 2025, devem ser enviados, à STN, por meio e formato definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional até os prazos de entrega e formatos especificados na tabela a seguir:

| DISCRIMINAÇÃO*   | PRAZO DE ENTREGA - 2026 |
|--|-------------------------|
| Balancete de execução orçamentária consolidado da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes  | 28 de fevereiro         |
| Quadro da Dívida Consolidada   | 31 de março             |
| Nota Técnica da Previdência  |                         |
| Balancete de execução orçamentária acumulado até dezembro dos fundos de previdência e do Órgão Gestor  |                         |
| RGF Consolidado  |                         |
| Quadro da despesa com pessoal consolidada por poder/órgão  |                         |
| Quadro do RPPS: Apuração por fonte de recursos do Fundo em Repartição  |                         |
| Quadro do RPPS: Apuração por fonte de recursos do Fundo em Capitalização   |                         |
| Quadro do Sistema De Proteção Social Dos Militares   |                         |
| Nota de Conciliação da Despesa, correspondente a informações sobre:<br>(i) Despesa com pessoal sem empenho;<br>(ii) Pensões especiais;<br>(iii) Parcelamento de despesas tipicamente primárias, tais como fornecedores, pessoal ou contribuições previdenciárias;<br>(iv) Cobertura do déficit financeiro do RPPS; e |                         |
| Quadro de arrecadação de depósitos judiciais e/ou administrativos  |                         |
| Demonstrativo dos valores repassados aos Poderes   |                         |
| Demonstrativo de vinculações de receitas do Estado, inclusive, às relativas aos Fundos   |                         |
| Quadro informativo com as alíquotas de ICMS  |                         |

|   |                |
|---|----------------|
| Balanço Geral do Ente do exercício avaliado   | 30 de abril    |
| Demonstrativo de Renúncias de Receitas (Por temporalidade, por modalidade e por setor)  |                |
| Relação de eventos fiscais não recorrentes (para fins de cálculo do Resultado Fiscal Estrutural pela Secretaria de Política Econômica)  |                |
| Quadro das Empresas Estatais  | 31 de maio     |
| Relatório sobre o cumprimento dos compromissos da Seção III   |                |
| Parecer ou relatório prévio do Tribunal de Contas ou declaração de não conhecimento   |                |
| Parecer ou relatório do órgão de controle interno ou declaração de não conhecimento   | 10 de setembro |
| Obtenção, na data de emissão da Nota Técnica de Análise Fiscal referente ao exercício financeiro anterior, de nota no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF), disponibilizado por meio das análises diárias disponíveis, de no mínimo 75%, na forma definida pela Portaria STN nº 807, de 25 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la.             |                |
| <b>Observações:</b><br>1) O cumprimento desse compromisso será atestado por meio de consulta realizada pela própria STN, não sendo necessário o envio de documentação; e<br>2) No caso de a análise fiscal concluir pelo descumprimento desse compromisso, a situação de inadimplência poderá ser revista em caso de comprovação de seu cumprimento em data posterior à conclusão da análise. |                |

O Manual de Análise Fiscal contemplará, quando for o caso, as informações necessárias para o correto envio dos documentos listados nessa Seção.

Este é o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal que a Governadora do Estado de Pernambuco subscreve em cumprimento à Lei Complementar nº 178, de 2021. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir demais disposições existentes da legislação.

Recife - PE, data da assinatura no SEI do Ministério da Fazenda.

Documento assinado eletronicamente

**RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA**

Governadora do Estado de Pernambuco

**MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL**

Em conformidade com o art. 2º da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024, estou de acordo com os termos da presente revisão do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal do **Estado de Pernambuco**.

Documento assinado eletronicamente

**ROGERIO CERON DE OLIVEIRA**

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Teixeira Lyra Lucena, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ceron de Oliveira, Secretário(a)**, em 05/11/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **54920380** e o código CRC **131C63AB**.

**Referência:** Processo nº 17944.004311/2025-57.

SEI nº 54920380